

‘Sete grandes’ têm 72% das obras

SÃO PAULO — As sete maiores empreiteiras do país concentraram 72% das obras públicas em 1992. A constatação feita pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon) — que representa 2.500 construtoras e empreiteiras — levou a entidade a dar total apoio à CPI do Orçamento. Para o presidente do Sinduscon, Eduardo Capobianco, o combate à corrupção no setor só será possível com a eliminação de distorções na legislação.

O Sinduscon está preocupado com a apresentação de 196 emendas à Medida Provisória 360, que modifica a Lei de Licitações. Capobianco estranhou a inclusão na MP de um artigo que permite a utilização de outros critérios, que não o do menor preço, nas concorrências financiadas com recursos externos.

Capobianco apontou os “critérios técnicos”, que costumam definir o vencedor de uma concorrência em que todos os concorrentes apresentam o mesmo preço para a obra, como um dos principais meios de manipulação das grandes empreiteiras. “São critérios subjetivos que restringem a participação e permitem o oligopólio no setor”, disse. Segundo ele, esse critério permite que a licitações seja previamente dirigidas para que uma determinada empreiteira vença.

Outro instrumento de manipulação é a não obrigatoriedade de o governo pagar as obras em ordem cronológica. Para Capobianco, isso é um instrumento de chantagem. “No momento em que todos estão desesperados para receber, acabam caindo nas garras da burocacia ou de políticos inescrupulosos”, afirmou.

Segundo pesquisa do Sinduscon, a Andrade Gutierrez lidera o ranking, com 21% do faturamento das obras públicas. Em seguida vêm Norberto Odebrecht/CBPO (15%); C.R.Almeida (11%); Camargo Corrêa (9%); OAS (8%); Mendes Júnior (5%); Constran (3%). As outras 143 maiores, juntas, ficam com 28%.

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) divulgou nota em que diz confiar que a apuração dos fatos delituosos que a Nação assiste estarrecida, por mais dolorosos que sejam, resultará na consolidação e aprimoramento da democracia, com o estabelecimento de relações éticas e transparentes entre o poder público e todos os setores empresariais.